

---

## RESENHA DE “AMAZÔNIA NO SÉCULO XXI - NOVAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO” DE VIOLETA LOUREIRO

---

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI - novas formas de desenvolvimento*. 1. ed. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

**Anne Karollyne Sena da Silva<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0009-0001-0183-378X>  
<http://lattes.cnpq.br/8477426300355758>

**Antônio Carlos Lobato Nery<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-4055-3884>  
<http://lattes.cnpq.br/8784677050132992>

**Eluana Vitória Barbosa de Almeida<sup>3</sup>**

<https://orcid.org/0009-0007-7129-1502>  
<http://lattes.cnpq.br/6738614155421399>

**Geovanna Mikelle dos Anjos Cavalcante<sup>4</sup>**

<https://orcid.org/0009-0004-2536-0915>  
<http://lattes.cnpq.br/1269717222392780>

**Jiensa Abreu Barbosa<sup>5</sup>**

<https://orcid.org/0009-0001-8898-0298>  
<http://lattes.cnpq.br/6157615563888522>

**Keveny Vaz Schleicher<sup>6</sup>**

<https://orcid.org/0009-0007-5299-2936>  
<https://lattes.cnpq.br/8248201122825234>

**Marina Madalene Serrão Farias<sup>7</sup>**

<https://orcid.org/0009-0001-9637-5709>  
<https://lattes.cnpq.br/7104110591525838>

**Wallery Batista de Oliveira<sup>8</sup>**

<https://orcid.org/0009-0002-9193-7060>  
<http://lattes.cnpq.br/2064959228593172>

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais. E-mail: karollynesenna72@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais. E-mail: antoniocarloss1998@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais. E-mail: eluanavitoria2@gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais. E-mail: geovannacavalcante41@gmail.com

<sup>5</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso Ciências Sociais. E-mail: jiensaa@gmail.com

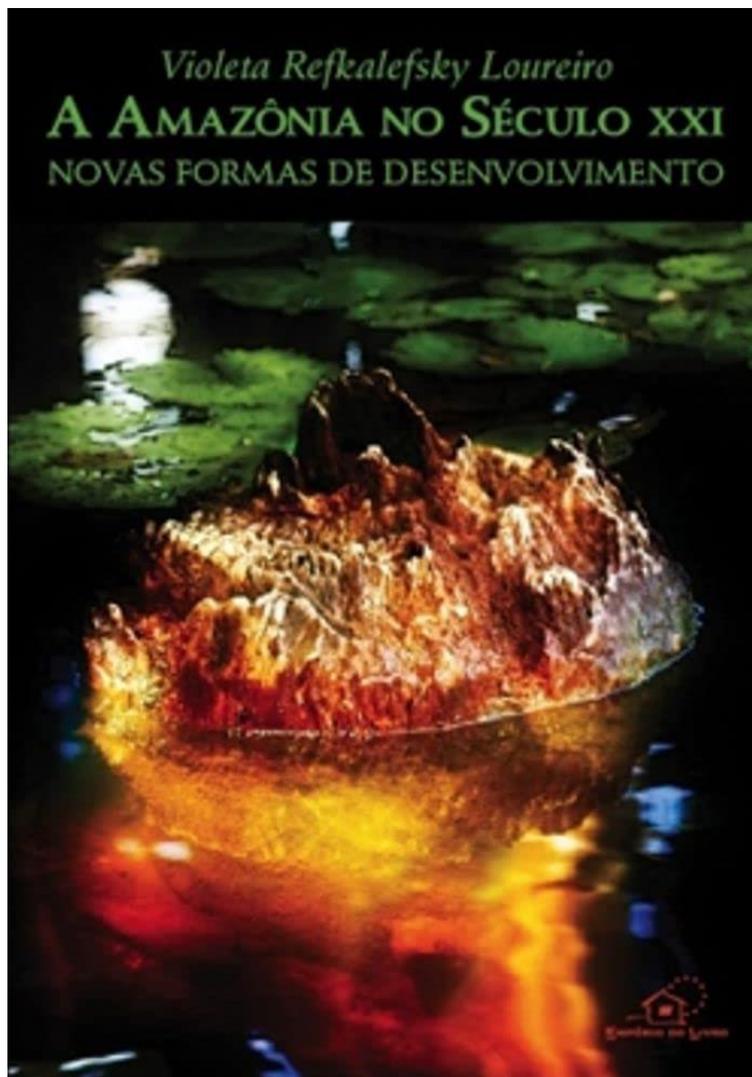
<sup>6</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais. E-mail: kevenyvaz@gmail.com

<sup>7</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Ciências Sociais. E-mail: fariasmarina813@gmail.com

<sup>8</sup> Acadêmica do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade Federal do Amapá e integrante do Programa de Educação Tutorial do curso de Ciências Sociais. E-mail: walbtista@gmail.com

Violeta Refskalefsky Loureiro, graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA), possui mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorado em Sociologia pelo Institut Des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL). Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em Metodologia das Ciências Sociais, e com grande relevância em estudos como: Amazônia, desenvolvimento, direitos humanos, sustentabilidade e educação.

A obra *A Amazônia no século XXI – Novas formas de desenvolvimento* a autora expressa aquilo que a Amazônia tem representado para o mundo, utopias e esperanças sociais. Incipiente à ideias e princípios como dignidade humana, respeito à cultura e à natureza e para a



construção de uma identidade amazônica. Versa sobre o desenvolvimento da Amazônia, expondo novas ideias de desenvolvimento alternativo, que busca melhorar o atual modo de vida, propondo um novo socialismo, como utopia e não como um modelo, sendo assim um desenvolvimento constituído por vias distintas da via hegemônica, oferecendo a população, como um todo, direitos e oportunidades sociais básicas. O livro possui, 279 páginas ao todo, divididas em prólogo e 12 capítulos, sendo eles divididos em três partes, a primeira parte composta por 4 capítulos, a segunda por 3 capítulos e a terceira por 5 capítulos, formando sua obra. Essa resenha, tem por objetivo trazer as reflexões e

problemáticas da realidade amazônica que autora já analisou a partir de suas experiências com as pesquisas nas ciências sociais, levantando questões que até hoje são alvo de discussões, com a exploração do trabalho, do meio ambiente e vidas em comunidades tradicionais.

Não se pode analisar o Brasil nem entender seus pressupostos e formas de funcionamento atuais sem antes observar criticamente o contexto histórico no qual ele foi construído. São justamente esses elementos que baseiam a forma de observar da autora e contribuem para construir análises lógicas e contundentes sobre o processo das políticas voltadas à Amazônia bem como as consequências que elas acarretam às diversas áreas da vida social na região. Do texto pode-se listar algumas informações essenciais para começar a compreensão: as políticas voltadas para a Amazônia são feitas de fora para dentro, a partir de interesses externos comandados pela elite patrimonialista que visa unicamente e exclusivamente o acúmulo de capital, onde, ao colocarem em primeiro lugar seus benefícios, modificam, destroem ou substituem o bem estar social das populações tradicionais.

Baseado no poder e na dependência social estabelecida através da história, o Brasil “não foi seguido de um processo de descolonização cultural e econômico concreto e profundo”, visto que os modos de reprodução entre dominadores e dominados, mesmo não se baseando mais no racismo “científico” (que por muito tempo contextualizou dados para inferiorizar raças e estabelecer hierarquias) se estruturam na validade do conhecimento político, cultural e econômico adquirido por estes primeiros através do tempo e da gritante influência do padrão europeu de qualidade. Padrão que coloca os segundos sobre julgamentos que os inferiorizam e os determina obrigações, pois com uma economia pouco rentável perto do eixo que se caracteriza por administrações nacionais e multinacionais estruturadas em formas de trabalhar com mineração, agropecuária e indústria tão importantes na contemporaneidade da complexa economia e demanda, são tidos como inúteis na sua originalidade e indignos de respeito.

Desta mesma grande influência estrangeira se pode explicar as interpretações sobre a Amazônia e seu povo. Com reformulações de mitos e lendas através da chegada dos exploradores, a forma dela ser vista e contada ganhou outro rumo e as famosas

perspectivas do mito do capital sendo processadas, passaram a criar o gosto por uma série de explorações. Dessa maneira é que a região se tornou um lugar de muitos acontecimentos, e que por isso é inocente é isolá-la sobre apenas um ponto de vista e acreditar que ela é um lugar somente paisagístico, ou de exploração ou apenas de lutas travadas pelas populações que nela habitam. A compressão do contexto real da Amazônia atual requer um olhar cuidadoso que relaciona estes eixos e suas imbricadas importâncias.

Porém, no contexto mundial capitalista deixado pela ilusão dessa explosão econômica que o mundo ocidental propagou como padrão, o olhar destinado à Amazônia não busca necessariamente compreendê-la, mas sim, interpretá-la como um locus econômico para atender esse desejo, não importando em que condições e sobre quantas vidas e culturas sejam deixadas para trás ou modificadas. Perplexos pela confusão trazida pela concepção e pelos processos da “modernidade”, a Amazônia se encontra dividida entre tentativa de manutenção de suas raízes ao mesmo tempo que está sendo obrigada a manter uma postura adaptativa.

No capítulo 1 denominado *Amazônia como espaço de acumulação de capital - reflexões amargas sobre o passado*, a autora trará três eixos de discussão. Ao primeiro eixo, destaca-se a tentativa de muitos anos na integralização da região Amazônica ao país, um exemplo disso é o ciclo da borracha, onde veio várias empresas investir na exploração das terras, sem dúvidas este foi um dos períodos mais ricos da comunidade, porém, essa renda se centralizou em setores econômicos específicos, como: casas exportadoras, bancos financiadores e etc. Mas foi no final do século XX onde ocorreu realmente a integração da Região ao resto do país, quando se inicia o ciclo das estradas, é neste período em diante que grandes empresas começam a se instalar e investir na exploração de recursos naturais nessas terras.

Com essas novas capitais na região, se percebe a mesma dinâmica: exclusão social, pouca diversificação das atividades econômicas e concentração de renda. O que se percebe também é que não há no Governo brasileiro o menor interesse de mudar a situação sobre a exploração e terceirização dos recursos amazônicos, tudo para ficar alinhado com a classe dominante. Diante de todas essas questões, e com as vendas das

terras, aos quais, já tinham dono (os nativos), foram se formando vários conflitos e movimentos sociais, com finalidade de reivindicar e exigir o que era deles por direito, com isso, a fim de reduzir as revoltas e conflitos que foi aprovado em 1988 o primeiro Plano Regional de Reforma Agrária, o que já se pode imaginar que não deu muito certo.

Haviam por parte de vários empresários e financiadores grandes projetos para a Amazônia, um destes projetos foi o Grande Carajás, trazido à tona pela Companhia Vale do Rio Doce, projeto este que atingiu vinte e três grupos indígenas, o que acabou gerando muitos conflitos, colocando assim o Banco Mundial que era quem financiava o projeto contra a parede a fim que ele negociasse o interesse indígena por meio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sendo atendidas apenas algumas das reivindicações dos índios, mas o projeto foi executado. A partir disso, dá para se ter a ideia de que os projetos que eram visados para a Amazônia, não prejudicava só a Amazônia mas também aos povos que viviam lá: os indígenas, os quilombolas, colonos, ribeirinhos e etc; foram não só lesados, mas alvos de violência, tendo que resistir a tudo para ser conquistado alguma coisa. Muitas são as lutas dos caboclos e nordestinos pobres, e uma delas, é o trabalho escravo, nos quais, os mesmos são os principais alvos, pobres a procura de um trabalho, são caçados por fazendeiros que prometem emprego, quando já estão nas fazendas, são feitos de escravos e explorados na medida, após muitas lutas, criaram leis e multas altíssimas para que esses fazendeiros deixassem de utilizar essa prática.

No segundo eixo do capítulo um, apresenta as quatro atividades econômicas "básicas" que foram intensificamente incentivadas pelas políticas adotadas dos governos militares, mas que ainda são adotadas até os dias atuais, são elas: a extração de madeira, pecuária e pesca industrial fomentadas nos anos 1970/1985; além dessas temos em 1986/2000 em diante, a mineração e a "nova pecuária" ou "moderna pecuária". Nessas quatro atividades econômicas, se percebe muito, a adoção do governo por estratégias que desrespeitam totalmente as lutas das populações do interior, ou seja, diante de várias situações ainda resolveram se manter indiferentes, além disso, ainda existia uma enorme concentração de renda e problemas sociais agravados.

Após uma breve análise, foi observado que a extração de madeira seria uma alternativa muito mais lucrativa e menos prejudicial como a pecuária, apesar da modernização que está ocorrendo na pecuária, ela ainda continua sendo inviável, pois acelera os problemas sociais já existentes e aumenta os danos ambientais, porém, para o governo ainda é vista como uma possibilidade rentável, porque não contabilizam e nem assumem os danos ambientais provocados por ela e porque recolhem impostos através da sua atividade. Já a pesca industrial não foi bem sucedida, pois, além de destruir o ecossistema dos peixes, não tinham lugares adequados para estoque dos peixes, que eram pescados em larga escala, existia à época uma alternativa de pescaria melhor e que poderia ter sido bem mais lucrativa, que era a pesca artesanal, porém por pouco recurso financeiro não foi pra frente.

No terceiro eixo do capítulo um, vemos que os outros países, exceto o Brasil, tentavam resolver o problema de adequação das indústrias e das atividades econômicas a fim que desempenhasse pouca energia, pois havia uma preocupação com atividades que gerassem muita energia, fixaram-se nas ditas indústrias de pontas e se especializaram muito mais, enquanto jogavam para a indústria brasileira atividades de alto gasto de energia, onde o país viu-se totalmente sobrecarregado. A principal atividade econômica que o Brasil desempenhava era a exploração de minérios, o mercado brasileiro era centrado na exportação, e seu modelo de mercado continua até hoje da mesma forma. E assim o país entrava no mercado de *commodities*, como produtora.

No capítulo 2, *Amazônia no século XXI: de fronteira econômica do país a fronteira do mundo*, Violeta Loureiro expõe que a fronteira amazônica é muito complexa e deve ser compreendida e analisada, segundo a socióloga, em diferentes momentos históricos: em 1970/1980 e os anos 90 até hoje. Foi nos anos 70 que os estudos sobre o tema ganharam mais repercussão, a migração dos humanos em busca de "novas terras", que por séculos, foram ocupadas por indígenas, representavam confrontos culturais, proposto por Darcy Ribeiro como movimentos migratórios de *frentes de expansão* agrícola, por exemplo, os pequenos produtores rurais. Desse modo, constitui-se a

expansão do campesinato no país, especialmente na Amazônia onde esse processo acontecia desde 1960.

Ainda nesses tempos, era necessário a abertura de estradas, caminhos, aberturas de florestas e igarapés para a fixação dos colonos da região, uma vez estabelecidos, formavam pequenos povoados e comunidades, com o peso de suas bagagens culturais de origem, agora unidos por vários elementos comuns. Na contramão da frente de expansão, o avanço do capital se faz pioneiro, a terra torna-se uma mercadoria e o domínio sobre a fronteira é avassaladora, em virtude da acumulação e reprodução rápida. A fronteira é um espaço de conflitos.

Nos anos 1990, a fronteira amazônica caminha em direção ao mercado internacional, agora, conforme Loureiro, perfil da Amazônia muda com os grandes investimentos do Governo Federal em megaprojetos como a construção da hidrelétrica de Tucuruí e o projeto Ferro- Carajás, sendo mais danosos do que empreendimentos de outros projetos das décadas passadas, pois se intensificaram as políticas econômicas neoliberais à exportações de recursos naturais, a Amazônia para eles o berçário do ouro.

Outra problemática que a autora compreende é o "arco do desmatamento" ligada com a estrada estadual PA-150, que termina na fronteira do Mato Grosso. A estrada é um paradigma concertado ao desmatamento, durante toda sua expansão é comumente encontra serrarias e vilas voltadas à produção de madeira. A estrada que atravessa 174 municípios é uma mancha da expansão e acumulação da grande capital na região amazônica. Cabe destacar que o Estado do Pará se consagra como maior produtor de madeira do país. As questões que envolvem a fronteira da Amazônia é impulsionada pelo mercado internacional através das *commodities* regionais, especuladores e empresários não esperam mais pelo poder público e produzem suas próprias infraestruturas, como a abertura de novas estradas, sendo as *commodities* - como o gado, madeira e a soja - produtos do capital privado: "Onde o Estado não está presente, é a força bruta do capital que define as relações sociais" (Loureiro, 2009, p. 86).

O capítulo 3, intitulado *A Amazônia das "modernas" commodities*, divide-se em dois eixos, o primeiro eixo a autora explora algumas consequências consideradas *perversas* desta nova condição, é em torno da questão do desmatamento que a autora

vai tratar dessa consequência perversa. Pontua-se que o aumento do desmatamento acaba sendo consequência do crescimento da produção das *commodities* que vem ocorrendo de forma predatória e ressalta que nos últimos anos esse desmatamento vem se incidindo em áreas de conservação ambiental.

Também é discutido a ideia de uma corrida por novas terras, em que há uma competição com os pequenos produtores de terra pois os grandes proprietários de terra acabam por arrendar terras de pequenos produtores agrícolas e há o retorno, agora com mais frequência, “[...] da fraude de papéis e da grilagem de grandes extensões de terra, especialmente da terra pública” (Loureiro, 2009, p. 90). Seguindo, Loureiro pontua que a exigência de infraestrutura pesadas na produção de *commodities* afeta povos tradicionais na Amazônia e o Meio Ambiente.

Ainda na questão do desmatamento, a mesma acrescenta que reside fraude no processo de autorização do desmatamento que ocorre nos órgãos ligados ao meio ambiente. Dentro dessa questão, é colocado o Estado Brasileiro como sendo um dos maiores desmatadores, pontua que “Além de descuidar da fiscalização quanto aos desmatamentos ilegais, o Estado é, ele mesmo, responsável por pelo menos dois tipos de desmatamentos” (Loureiro, 2009, p. 93). Por último, nesse eixo, é compreendido que o desmatamento não distribui a renda, ao contrário, concentra-se ainda mais.

Isto porque as principais atividades produtivas da Amazônia, em termos de renda, e que são objeto de políticas públicas de estímulo à produção, geram apenas renda individual ou altamente concentrada. Acontece à custa de um patrimônio cuja exploração é predatória e a renda gerada não é socializada. Os problemas são socializados, não os ganhos. É também nas áreas onde ocorrem os grandes desmatamentos que se registra a maior incidência de trabalho escravo (Loureiro, 2009, p. 94).

O segundo eixo, Loureiro vai tratar acerca do avanço da produção das *commodities* sobre as terras indígenas e de conservação ambiental. A exigência de infraestrutura para essa produção acarreta muitos danos à população amazônica e em muitos os povos indígenas, assim como a exploração massiva da natureza colabora para a destruição da mesma. É frisado que os povos indígenas são os mais afetados “[...] enfrentam há séculos e, mais intensamente nas últimas décadas, problemas de toda a ordem [...]” (Loureiro, 2009, p. 98).

No capítulo 4, denominado *Preconceito e mitos sobre a natureza da Amazônia*, a autora explora o que ela designa de *mitos da capital* em 4 pontos. O primeiro ponto trata acerca de *equivocos e mitos sobre a natureza da Amazônia*, onde é enumerado na obra, quatro equívocos e distorções em que ela considera que aparece com mais frequência: o primeiro trata de olhar a Amazônia como um macro-sistema homogêneo de floresta, rios, e igarapés; o segundo equívoco é olhar a floresta/natureza como expressão de primitivismo e de atraso; a terceira trata da crença da inesgotabilidade, a natureza amazônica sendo vista e tratada como superabundante e inesgotável; o quarto equívoco é visualizar os ecossistemas da Amazônia como ricos e, portanto, resistentes aos impactos ambientais, sendo naturalmente auto-regeneráveis.

O segundo ponto a autora trata acerca do *preconceito em relação à cultura do habitante da região*, em que Violeta Loureiro aponta, dos vários preconceitos relacionados à cultura do amazônida, dois preconceitos que são claramente expressivos no campo da política pública e que colocam essas populações como “invisíveis” no conjunto das políticas públicas.

O primeiro deles é o de que os índios e os caboclos viveriam em terras excessivamente vastas e as ocupariam em atividades pouco rentáveis para o Estado e de forma incompatível com a economia e a sociedade contemporâneas. O segundo entende os índios, os negros (quilombolas) e os caboclos como detentores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior, que nada acrescentariam de positivo ao processo de desenvolvimento (Loureiro, 2009, p. 106).

No terceiro ponto é abordado os *pressupostos e mitos do capital, relativos ao trabalho e às atividades produtivas*, ela expõe alguns mitos do capital que parecem exercer maior influência sobre a região e seus habitantes. No quarto e último ponto é discutido o que chama de *modernização às avessas, o arcaico travestido de novo* referindo ao processo de modernização desencadeada a partir dos anos 1970, em que “[...]modernizou-se apenas naquilo que diz respeito aos ganhos do capital, mas não naquilo que realmente pode ser traduzido como desenvolvimento humano” (Loureiro, 2009, p. 116).

O capítulo 5, *A questão indígena*, aborda a pauta indígena como sendo de extrema relevância e deve ser pensada antes da ideia de desenvolvimento, sobretudo com a iminência de entender suas dimensões e visualizar de que maneira as propostas desenvolvimentistas na Amazônia podem afetar ainda mais as formas da vida de povos

originários, visto que é nela a ocupação predominante de povos indígenas no país. A herança histórica do Brasil, quando se trata de culturas diferentes, é extremamente carregada de preconceitos, e esses estereótipos estiveram presentes ao longo do processo da constituição de leis e políticas direcionadas à essa temática.

Os povos tradicionais ainda são vistos como primitivos e atrasados. Esse estereótipo que decaiu sob esses indivíduos foi construído e determinado desde o colonialismo, onde foram colonizados sob uma perspectiva hegemônica eurocêntrica predominante. Os reflexos dessa visão preconceituosa sobre os povos tradicionais, afetou todas as esferas que construiu o Estado brasileiro. Uma dessas esferas foi a própria divisão de terras, que, apesar de ter sido feita por vias legais, foi totalmente centrada em interesses da elite, e em desfavor de comunidades tradicionais.

Loureiro se aprofunda um pouco mais sobre essa problemática apresentando três posturas teórico-ideológicas que discutem a estruturação de uma ideologia pregada no tempo da colônia e como ela se perpetua até os dias atuais. A primeira tem como base a ideia de que a integralização dos povos indígenas na sociedade resolveria os “abismos” socioculturais, de maneira que qualquer vestígio de primitividade desaparecesse, imputando-lhes uma evolução eurocêntrica, na ideia de uma suposta progressão enquanto sociedade.

A segunda teoria parte de um rompimento da primeira, mas que também tem como pano de fundo os interesses sobre o território indígena, visto que se defendia a proteção dos mesmos e de suas terras com a condição de que a comunidade não usufrísse de nenhum recurso tecnológico que implicasse em uma melhoria de sua vivência e de sua própria comunidade, afinal, essa prática provocaria a ideia não ser mais um indígenas legítimos.

Na última teoria, o principal argumento, mais uma vez sobre as terras indígenas, partia de uma grande inutilização das terras ocupadas pelos povos tradicionais, por serem supostamente extensas e reaproveitáveis, logo, desprovidas de geração de renda, na perspectiva elitista e estatal. Dessa maneira, qualquer dos pressupostos teóricos que naquele momento ganhava força, confirmava a necessidade da ocupação capitalista hegemônica no território indígena, e a exterminação das vidas que ali existiam.

A autora aponta que até o ano de 1988, as políticas indigenistas eram tratadas e implementadas sem nenhuma consulta ou supervisão. O encarregado da proteção dos povos originários era a União, instituição essa que, não existindo ainda legislação e ações específicas que buscassem atender tais proporções, se fazia omissa às demandas indígenas. Devido a essa realidade, esses povos se articularam e já completaram duas décadas de luta, onde as reivindicações pautaram-se na década de 70, na defesa da vida e das terras, através das assembleias nacionais, com representações por todo o Brasil.

Através dessas mobilizações nasce a União das Nações Indígenas (UNI) que desencadeou uma forte indignação por parte dos militares, visto que os mesmos não aceitaram as reivindicações das comunidades indígenas, já que a UNI protegeria principalmente o território dos mesmos. Após a promulgação da constituição de 1988, os povos originários passaram a ter autonomia e a fazer parte dos processos que seriam realizados pelas terras na Amazônia, além de conquistarem a proteção de suas terras, esse foi um passo decisivo na emancipação dos povos tradicionais. É na década de 90 a consolidação plena do movimento indígena, a criação de redes de apoio e a consolidação de leis específicas.

A identidade indígena, como é bem pontuado pela autora, não pode ser visualizada como um fator a parte da natureza, o indivíduo e a terra estão intrinsecamente ligados, a natureza é sagrada, e esses dois elementos constituem uma cultura específica e rica. A ideia de diminuição das terras tradicionais por quaisquer motivos, implica e gera consequências irreversíveis, ou seja, a diminuição dessas terras não gera apenas um desequilíbrio ambiental, como também doenças, mortes, e, sobretudo, um empobrecimento da história ancestral dos povos originários.

No capítulo 6 intitulado por *Biodiversidade, saberes tradicionais e biopirataria*, muita atenção é direcionada à região Amazônica por ela estar no topo de diversos quesitos quando se trata de grandeza de território e biodiversidade. Foi com um olhar cuidadoso que estudiosos dedicaram tempo em pesquisá-la para mostrar que sua riqueza não pode ser desperdiçada com formas de exploração predatórias e não proveitosas como vem acontecendo. Esses estudos, as Conferências geridas pelas Nações Unidas, dentre outros eventos, foram essenciais para revelar ao mundo a ideia de

desenvolvimento sustentável e despertar a criatividade do empresariado. Portanto, essas revelações não foram capazes de sensibilizar os indivíduos e instituições responsáveis pelos papéis de governança dos sentidos capitalistas; ao contrário, abriram, mesmo sem intenções, reflexões sobre o aproveitamento da biodiversidade.

Se constata o domínio sobre diversas técnicas e modos de aproveitamento em relação aos vegetais, frutos, animais, terra, e sobretudo, à toda a natureza, que as populações tradicionais têm desenvolvido. Tanto que desses componentes da biodiversidade, geram diversos mantimentos para a sobrevivência e bem estar humano que lhes serve com tamanha importância e essencialidade. Apesar de ser fato que esta boa manipulação construiu a Amazônia que vemos hoje e que muitas de suas práticas constam no rol do que seria produzir com sustentabilidade, a famosa lógica empresarial citada no trecho anterior não consegue se desfazer das concepções de evolução industrializadora e exploratória. Nesse sentido é que o pensamento pertencente a eles promove diversos conflitos envolvendo a famigerada posse de terra. Por acreditarem que ela não é “rentável” sob a posse dos nativos, acabam por limitar e matar pouco a pouco uma cultura necessária e inteligente.

Diante do avanço das citadas pesquisas, muito se tem sabido sobre o potencial dos elementos naturais presentes na biodiversidade nacional vinculados a esses conhecimentos das populações tradicionais. Estes estudos assumiram um risco sobre a propagação do conhecimento: o mercado, sabendo dos benefícios ocultos, quando não toma as terras dessas populações, tenta se apropriar dos recursos e dos saberes amazônicos através da biopirataria. Quando essas indústrias ligadas à biotecnologia invadem estes espaços, ela comete dois profundos erros subsequentes: ao mesmo tempo que explora de forma insustentável, se apropria de conhecimentos que não foram permitidos à explanação.

Espalhadas pelo mundo existem diversas linhas de pensamento que mantêm posturas interessadas na abundância da Amazônia, seja para usufruí-la, seja para defendê-la. Desde argumentações condizentes com a ideia de “estamos aqui para trazer a descoberta científica” que retira com profunda injustiça a autoria tradicional e um saber já descoberto há tanto tempo, e até (que enfim) argumentos condizentes com a

ideia da autonomia cultural que prevê que o aproveitamento dessa riqueza se restrinja ao desenvolvimento dos povos tradicionais, o que se vê é que enquanto as regulamentações não são resolvidas em níveis legais, a Amazônia continua sendo afetada e invadida por estas diversas áreas mercadológicas ligadas à biotecnologia e à biopirataria.

No capítulo 7 denominado por *O Estado e a questão regional amazônica* a autora apresenta o pouco potencial do modelo econômico liberal que vem transformando os ecossistemas amazônicos através do qual o Brasil tem almejado o seu próprio desenvolvimento, no entanto, essa transformação gera danos à vida social, cultural e com a natureza da Amazônia brasileira, em seguida é levantada uma crítica acerca da facilidade que o Brasil tem de aceitar sem discordância as grandes linhas das teorias econômicas de desenvolvimento organizadas e impostas pelos países hegemônicos para serem adotadas pelos países periféricos.

Contudo, vale evidenciar que a história da colonização dos países periféricos, como no caso do Brasil, é moldada por uma série de fatores históricos, políticos, econômicos e sociais que resulta em exploração, economia dependente, intervenção externa, desigualdade social e instituições fragilizadas, dificultando a formulação e implementação de políticas eficazes de desenvolvimento sustentável. Acontece que esses fatores históricos e estruturais no Brasil, criaram um contexto propício para a emergência de modelos hegemônicos neoliberais de desenvolvimento aplicados no Brasil.

A crítica a este modelo aplicado mais precisamente na Amazônia brasileira aponta a forma como as políticas e práticas de desenvolvimento têm afetado a região, esse modelo frequentemente prioriza a exploração econômica em detrimento da preservação ambiental e dos direitos das populações locais. A adoção desses modelos teóricos vindos de fora tem-se resultado desta problemática, causando diversos pontos negativos, como o desmatamento excessivo, a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e a exclusão social.

Além disso, no que se diz o desenvolvimento econômico praticado por esse modelo liberal, muitas vezes envolve a expansão agropecuária, mineração e projetos de

infraestrutura sem uma consideração adequada pelos impactos ambientais e sociais a longo prazo trazendo prejuízo à ecossistemas vitais, ao deslocamento de comunidades tradicionais e à perda de conhecimentos ancestrais, fazendo com que beneficia grandes empresas e grupos econômicos.

Acerca dos obstáculos que impossibilitam a mudança desse modelo, é tratado a questão da dívida externa que se dá por muitos países periféricos acumularem dívidas significativas devido a empréstimos internacionais. Essa dívida muitas vezes leva à implementação de políticas rígidas que podem ter impactos negativos na preservação ambiental e nos direitos sociais. Na política internacional, interesses geopolíticos e acordos comerciais podem influenciar as decisões nacionais e dificultar a mudança em direção a modelos mais sustentáveis.

No capítulo 8 intitulado por *Forças contra o modelo hegemônico* disserta que estas forças são moldadas pelos movimentos sociais que desempenham um papel crucial na luta contra este modelo de crescimento. Eles representam a voz das comunidades afetadas, das populações marginalizadas e das pessoas preocupadas com os impactos sociais, econômicos e ambientais do status quo. Esses movimentos têm como objetivo desafiar e transformar as estruturas e práticas que perpetuam desigualdades e degradação ambiental.

Esses movimentos sociais desempenham um papel essencial na promoção de mudanças significativas em direção a modelos de desenvolvimento mais equitativos, justos e sustentáveis. Eles desafiam as estruturas de poder existentes inspirando ações coletivas e impulsionando transformações de padrões predominantes de avanço social, econômico e ambiental que beneficiam tanto as pessoas quanto o planeta.

Os movimentos sociais que surgiram a partir dos anos 1990 em diante refletem as mudanças sociais, políticas e tecnológicas ocorridas nesse período. Essas mobilizações têm abordado uma variedade de questões, desde a globalização até as mudanças climáticas e o acesso à informação. A partir dos anos 1990, vários grupos antiglobalização surgiram para protestar contra instituições financeiras internacionais, acordos comerciais e práticas econômicas que, segundo os ativistas, resultam em desigualdades globais e exploração.

No capítulo 9 denominado por *Pensar a vida social sob outra dimensão* a autora inicia discorrendo que com o surgimento do movimento iluminista, um movimento de cunho intelectual que surgiu na Europa ocidental, houve a deflagração dos seguintes princípios que sustentam a sua ideologia: o ideal progressista, e a evolução contínua da sociedade. Momento no qual, proporcionado por seus alicerces, acentuou a ruptura do binômio homem versus natureza, pois o pensamento científico traz consigo a quebra do medo irracional de superstições, crenças e o obscurantismo. Contudo, esses princípios começaram a ser questionados e criticados duramente por intelectuais como Max Weber, Horkheimer e Adorno.

Essa corrente cientificista apesar de ser aclamada como a ciência perfeita, começa a apresentar inconsistências por invalidar essas credências dos povos tradicionais das colônias europeias, visto que, com a propagação do ideal iluminista, o capital cultural dos países em desenvolvimento, como por exemplo os da América do Sul, que são resultado de interações com os modelos europeus e com isso possuem traços em suas vivências, que derivam da Europa, e com isso, é perceptível que na Amazônia, os saberes tradicionais, foram desvalorizados por esse movimento só considerar os saberes científicos como dominantes, exclusivos e superiores. E foi assim que muitos dos intelectuais, governantes, missionários imprimiram um ideal que o homem branco é superior, que a sua dinâmica de vida invalida as outras, o que só fortalece a ideia do etnocentrismo, que prega que uma hierarquia cultural.

E apesar da Amazônia Brasileira apresentar povos e natureza ímpares, é passível de destaque que ela ainda permanece sem identidade cultural, sem um projeto que impulse seu desenvolvimento de forma eficiente, que seja compatível com sua própria história. Isso sendo o resultado da falta de protagonismo da Amazônia na sua própria história, sem a intromissão de sujeitos externos, possibilitando seus ao habitante dela recriar ou reencontrar sua identidade. Onde cabe destacar que ser sujeito agrega na responsabilidade de fazer escolhas, e essas escolhas podem e devem definir o caminho, o futuro da Amazônia e de como poderá haver avanços no desenvolvimento do local.

No capítulo 10 denominado *As ilusões da era do desenvolvimento*, a autora aponta como discursos exploratórios ganharam força no processo desenvolvimentista.

Era muito presente a ideia de que países menos desenvolvidos exploram suas riquezas naturais como agroexportadores como fator decisivo para um desenvolvimento consolidado. Esses supostos países subdesenvolvidos contavam com a importação de tecnologias que agilizam o processo de produção e exportação de bens semi-elaborados ou primários. Esses discursos, ainda muito atuais, seguem apontando a Amazônia como grande responsável pelo desenvolvimento do Brasil, afinal, as intenções elitistas e estatais ainda insistem nessa dinâmica quando se trata de economia amazônica: a extração e exploração de produtos primários em larga escala.

Para alguns países industrializados e agroexportadores, a incorporação da importação de tecnologias para aprimorar a produtividade, que por sua vez intitula-se como países de desenvolvimento mais acelerado, não muda a condição de país agroexportador. Pouco tempo se passou para que a conclusão seja a mesma: esse tipo de mercado só marca a desigualdade entre os países. Os países ricos e desenvolvidos crescem exacerbadamente enquanto países subdesenvolvidos não conseguem sustentar a mesma potência. Essa dinâmica não deixa de ser também uma estratégia elitista para ocupar e manter dentro dos moldes hegemônicos, uma só classe e só uma estrutura de desenvolvimento.

A primeira formulação do modelo de desenvolvimento autenticamente dentro de uma outra linha de pensamento foi proposta por estudiosos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a partir de um nacional desenvolvimentismo, que propunha uma nova forma econômica para o país onde a industrialização seria um elemento fundamental. O nacional-desenvolvimentismo tinha como meta alcançar um modelo no qual poderia produzir de forma independente os avanços econômicos do país na periferia do sistema mundial. Esse modelo consistia na substituição da importação de bens pela produção dos mesmos, visando a expansão do mercado interno. Tanto essa linha de pensamento quanto a anterior, têm em suas bases a ideia de que países atrasados alcançariam o desenvolvimento usando a mesma ótica hegemônica capitalista, seja na importação de tecnologias para o melhoramento da produção, seja na industrialização ou expansão do mercado interno do país.

Esse sistema desenvolvimentista funcionou por um tempo, o país se industrializou, e cresceu até certo ponto, até esse modelo de mercado saturar e parar. É quando essa configuração acelerada de crescimento entra definitivamente em crise, e não se mostra uma dinâmica viável para o desenvolvimento do país de forma durável e ampla. Percebe-se então que o "boom" econômico do Brasil desacelera, resultando em um país totalmente endividado, devastado e com alta taxa de desemprego, resultando na tendência para o pensamento direitista, dando forte margem a um regime militar futuro, que vigoraria por mais de duas décadas. Durante o regime militar, foi tentado novamente a implementação do modelo industrial na economia do país (choque do petróleo em 1973), que falhou em sua instauração e só deixou o país cada vez mais desestabilizado e endividado.

No capítulo 11 denominado, "*Vias alternativas para o desenvolvimento ou novo tipo de desenvolvimento?*", o texto versa sobre as críticas ao modelo hegemônico através de movimentos sociais, como os fóruns sociais mundiais, que buscam alternativas ao mercado global e formas independentes de organização produtiva. Apesar da recente criação do Fórum Social Mundial (F), sua influência para contrapor à hegemonia é limitada. A noção de desenvolvimento sustentável surgiu após a Conferência da ONU em 1992, com o objetivo de atender às necessidades presentes sem comprometer as futuras gerações. No entanto, suas limitações são debatidas. O texto propõe um tipo econômico mais sustentável e ético em comparação ao capitalismo, com ênfase na conservação da natureza e no respeito às gerações futuras. O conceito de sustentabilidade é introduzido, diferenciando crescimento de desenvolvimento e criticando indicadores de consumo que não consideram bem-estar social e cultural.

No discorrer, surge o conceito de "desenvolvimento alternativo", que valoriza aspectos sociais, locais e éticos, em contraposição ao modelo globalizado. A justiça social, sustentabilidade, inclusão e respeito à diversidade são destacados como elementos-chave do novo desenvolvimento. O livro preconiza a superação de modelos teóricos rígidos em prol de abordagens criativas, combinando saberes tradicionais e científicos para criar novas formas de vida social. A importância de focar nas populações locais, integrando saberes e respeitando a natureza, é ressaltada. Apesar das restrições

do modelo hegemônico, o texto sugere a possibilidade de construir um desenvolvimento alternativo através de esforços práticos e interesses locais, citando exemplos concretos que ilustram novas possibilidades.

A autora explora, ainda, campos de atuação diversos, enfatizando o papel das organizações da sociedade civil em pressionar o Estado a adotar práticas éticas e corretas. Problemas no financiamento bancário e práticas agrícolas na Amazônia são analisados, sublinhando a necessidade de diversificação e equilíbrio para alcançar um desenvolvimento sustentável. É discutida a necessidade do Estado atuar de forma mais rigorosa para combater abusos e ilegalidades, como trabalho escravo, grilagem de terras e desmatamento, através de fiscalização, denúncia e punição. A dinâmica de centro/periferia na região amazônica é abordada, destacando a necessidade de redistribuição de recursos federais para investimentos e infraestrutura a fim de reduzir desigualdades regionais. Alternativas ao modelo hegemônico são exploradas, ressaltando a relevância de pequenos empreendimentos locais como fontes de emprego e renda. O apoio institucional e a mudança da abordagem do Estado de assistencialismo para uma nova política de desenvolvimento são considerados essenciais. Violeta apresenta exemplos de êxito na Amazônia, onde pequenos empreendimentos têm transformado áreas degradadas em fontes de sustentabilidade, impulsionando a economia e gerando empregos.

Por fim, em *Últimas considerações: em busca de uma vida diferente, humanizada e digna para todos*, a proposta de Violeta Loureiro é romper urgentemente com o processo de colonização cultural da região, que se expressa em muitos tipos e dominações: tecnológica, informativa e científica. Não se trata de negar os benefícios óbvios da modernidade, mas na Amazônia, ela é um modelo para o mercado externo, sobretudo, na acumulação do capital. Somos obrigados a seguir esse destino traçado historicamente, ou romper com essa estrutura de dominação? Essas reflexões que a autora provoca sobre o passado e futuro são fundamentais no processo de aprendizagem, e para ela, a mudança se faz nas utopias formuladas no presente.

Dessa maneira, pode ser compreendido na obra de Loureiro, as questões que permearam o contexto histórico dos povos originários na Amazônia, como uma

trajetória de resistência aos grandes investimentos europeus, desde a colonização portuguesa, até hoje, com a presença dos grandes projetos capitalistas que exploram e adoecem a Amazônia e quem sempre viveu nela. Loureiro trás uma abordagem dinâmica sobre como as comunidades indígenas se organizaram enquanto reivindicadores dos seus direitos, e sobretudo o seu território. Os papéis do Estado enquanto promotor das propostas frente aos desafios das comunidades indígenas, em muitos momentos históricos, colaborou com processos de exploração dessas etnias, onde nos dias atuais, ainda emergem como problemáticas urgentes na Amazônia como um todo.

Para além dos povos indígenas, conforme analisou Loureiro, os projetos capitalistas afetam diretamente a vida de pequenos agricultores, ribeirinhos e de cidades pequenas do interior da Amazônia, onde queimadas e superexploração de madeiras - realidade na vida amazônica - resultam negativamente na saúde, sociedade e modo de vida dessas comunidades. Por isso, a pesquisa nessa temática se faz necessária para se compreender os processos históricos e sociais que levaram a Amazônia palco de explorações de recursos naturais, trabalho escravo e conflitos sangrentos que implicam atualmente na região. Logo, autores e autoras que vivem e escrevem sobre essa realidade complexa e fluida, são referências fundamentais no arcabouço teórico dos mais diversos pesquisadores dessa área das ciências sociais.